

Tabela 17 - Leis Estaduais de Santa Catarina com reflexo na atividade aquícola. As informações referem-se aos atos normativos, suas ementas e a descrição do respectivo assunto normatizado.

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Cultivo	Lei nº 12.172, de 15 de abril de 2002.	Autoriza a doação de imóvel à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI.	<p>A EPAGRI poderá autorizar o uso total ou parcial do imóvel a interessados em implantar laboratórios destinados à produção de pós - larvas de camarões e sementes de ostras e mariscos.</p> <p>O Executivo fica autorizado a doar à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI - o imóvel de propriedade do Estado, sem benfeitorias, constituído pelo terreno situado na área do Parque Florestal do Rio Vermelho, no Município de Florianópolis, com a área de 131.870,67 m² (cento e trinta e um mil, oitocentos e setenta metros e sessenta e sete decímetros quadrados) para apoiar a atividade de cultivo de camarões marinhos, através do Programa Estadual de Cultivo de Camarões, com o objetivo de promover a geração de renda e emprego nas comunidades litorâneas de Santa Catarina.</p>	Estadual
	Lei nº 13.267, de 10 de janeiro de 2005.	Autoriza a transferência de direitos possessórios exercidos pelo Estado sobre imóvel no Município de Florianópolis.	O Executivo fica autorizado a transferir à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - os direitos possessórios que exerce sobre uma área de cento e noventa mil, duzentos e quarenta e um metros e oitenta e seis decímetros quadrados, localizada na Barra da Lagoa, incluída nos limites do Parque Florestal do Rio Vermelho, em Florianópolis. A transferência tem por finalidade regularizar a ocupação e uso da área pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC -, destinada ao funcionamento da Estação Experimental de Aquicultura da Barra da Lagoa.	
Certificação	Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998.	Dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira.	Fica criado o selo de qualidade, a ser utilizado no produto da pequena agroindustrial familiar rural e pesqueira, conforme anexo único parte integrante desta Lei. O uso do selo será concedido à pequena agroindústria familiar rural após o atendimento do padrão de edificação, de segurança pública, de trabalho, de horário de funcionamento, de regulamentação tributária e de normatização higiênico-sanitária.	Estadual

(continua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Certificação	Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998. Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998.	Dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira. Dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira.	O acesso ao programa será permitido ao pescador artesanal que cumprirem as seguintes exigências na unidade produtiva: possuir renda de no mínimo 80% (oitenta por cento) proveniente do meio rural ou pesqueiro; possuir ou ser arrendatário, meeiro e parceiro de terra ou embarcações e de processos de cultivo em águas de domínio público no Estado; não contratar mão-de-obra sazonal, na unidade produtiva, que exceda ao somatório de sua mão-de-obra familiar. Considera-se unidade produtiva para os efeitos desta norma a terra agrícola, agropecuária e aquícola do agricultor familiar, e a embarcação, o conjunto de equipamentos utilizados na extração pesqueira e o processo de cultivo em águas de domínio público do pescador artesanal. Será permitido o acesso ao programa de grupos organizados e cooperativados para a criação de uma única sede agroindustrial de pequeno porte. O uso do selo de qualidade será gratuito e exclusivo para produtos produzidos com amparo na Lei n. 10.731/98. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura regulamentará a distribuição do selo de qualidade.	Estadual
	Lei nº 12.117, de 07 de janeiro de 2002.	Dispõe sobre a Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos.	A Denominação de Origem Controlada - DOC – reconhece e protege a denominação geográfica sob a qual um produto se tomou notório, com nítida ligação entre o produto, o território e o talento do homem. Os atributos do meio geográfico compreendem fatores naturais como solo e clima e fatores humanos, como saber fazer, tradição e cultura. Constitui uma Denominação de Origem Controlada - DOC -, o nome dado a uma região ou a uma localidade do Estado de Santa Catarina que sirva para designar um produto agrícola ou um alimento originário desta mesma região ou localidade, quando a qualidade ou características específicas são de forma comprovada atribuídas, essencialmente ou exclusivamente, ao meio geográfico - compreendendo os fatores naturais e humanos - e cuja produção, processamento, transformação ou elaboração ocorram nesta mesma área geográfica delimitada.	

(continua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Certificação	Lei nº 12.117, de 07 de janeiro de 2002.	Dispõe sobre a Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos.	Constitui uma Indicação Geográfica Protegida - IGP -, o nome de uma região ou de um local determinado do Estado de Santa Catarina que sirva para designar um produto agrícola ou um alimento originário desta região ou localidade, quando a reputação ou característica peculiar, embora ainda não comprovada cientificamente, possa ser atribuída a essa origem geográfica e cuja produção, processamento, transformação ou elaboração ocorram na área geográfica delimitada.	Estadual
			Ficam instituídos, no território catarinense, para identificar a qualidade e a origem de produtos agrícolas e de alimentos, emitidos por autoridade competente, os seguintes selos: I - Denominação de Origem Controlada - DOC; e, II - Indicação Geográfica Protegida - IGP. A emissão de selos para reconhecimento de Denominações de Origem Controlada o DOC - ou de Indicação Geográfica Protegida - IGP -, somente será efetivada em benefício de produtores rurais, pescadores ou empreendedores quando organizados em associações, sendo vedada sua concessão à pessoa física.	
			Um nome não pode ser registrado como Denominação de Origem Controlada - DOC - ou como Indicação Geográfica Protegida - IGP - quando conflitar com o nome de uma variedade vegetal, de uma raça ou de uma linhagem animal, quando a denominação se tomar genérica ou quando se tomar nome comum de um produto ou gênero alimentício, capazes de induzir o consumidor ao engano quanto à verdadeira origem do produto.	
			Um produto com certificação de Indicação Geográfica Protegida - IGP - pode dar origem a uma certificação de Denominação de Origem Controlada - DOC - quando sua característica puder ser atribuída ao meio geográfico.	

(continua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Crédito	Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992.	Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural.	Fica criado o Sistema Estadual de Seguro Agrícola, complementar a política de seguro agrícola e garantia da atividade agropecuária, destinado a cobrir prejuízos decorrentes de fenômenos e acontecimentos naturais, desde que imprevisíveis e fora do controle humano ou dos recursos colocados à disposição do agricultor.	Estadual
			O Sistema Estadual de Seguro Agrícola deverá respeitar o zoneamento agroclimático e na sua operacionalização, incentivar a adoção de tecnologias que reduzam os riscos das atividades agropecuárias e pesqueiras.	
Cultura	Lei nº 12.917, de 23 de janeiro de 2004.	Altera a Lei nº 12.350/2002 que reconhece o Município de Penha como Capital Catarinense do Turismo Temático.	Fica reconhecido o Município de Penha como a <i>"Capital Catarinense do Turismo Temático e do Marisco"</i> .	Estadual
Gestão	Lei nº 10.383, de 15 de abril de 1997.	Cria o Conselho Estadual da Pesca.	Compete ao Conselho Estadual da Pesca: definir a política estadual do desenvolvimento pesqueiro, distinguindo as ações que devem ser executadas pelo Estado; e, compatibilizar as políticas da pesca com as do desenvolvimento rural e as de proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.	Estadual
	Lei nº 11.222, de 17 de novembro de 1999.	Dispõe sobre a política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul.	Fica criado o Conselho Estadual da Pesca, como órgão deliberativo, consultivo e controlador da política pesqueira e agrícola, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura.	
			Cabe à Comissão Executiva, sob a presidência do representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, planejar, coordenar e controlar as atividades da política de preservação, recuperação e utilização sustentável dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul.	

(continua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Gestão	Lei nº 11.850, de 25 de julho de 2001.	Altera o art. 4º da Lei nº 10.383, de 1997, reformulando a composição do Conselho Estadual da Pesca.	A formação do Conselho Estadual da Pesca será paritária, com integrantes do Governo e da Sociedade Civil, na seguinte forma: um representante da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI; um representante da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; e, um representante da Pastoral da Pesca de Laguna.	Estadual
Infraestrutura	Lei nº 11.492, de 19 de julho de 2000.	Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Francisco do Sul.	Fica o Poder Executivo, através do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens – DER –, autorizado a ceder ao Município de São Francisco do Sul, pelo prazo de quinze anos, o uso gratuito do imóvel constituído de um terreno com 2.400,00 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 816 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul e cadastrado sob o nº 0624 na Secretaria de Estado da Administração. A presente cessão de uso destina-se à construção de um portal turístico e um galpão com fins artístico-culturais, e de comercialização de produtos dos pescadores.	Estadual
	Lei nº 16.374, de 7 de maio de 2014.	Denomina Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca Luiz Carlos Perin - CIDAP - no Município de Joinville.	Fica denominado Centro Integrado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca Luiz Carlos Perin - CIDAP, no Município de Joinville.	Municipal
	Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, com a redação da Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979.	Dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa.	Fica o Poder Executivo autorizado a constituir e organizar a Companhia Catarinense de Comércio e Armazenamento – COCAR. A COCAR terá por objetivo: promover a integração da ação estadual com a dos Governos Municipais e Federal através de seus diversos organismos especializados nas questões relacionadas com o armazenamento de produtos agrícolas, industrializados e de pescados. A COCAR poderá criar empresas subsidiárias destinadas à comercialização de produtos agrícolas e pescado.	Estadual

(contínua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Licenciamento Ambiental	Lei nº 14.262, de 21 de dezembro de 2007.	Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais.	A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA pela análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente. O contribuinte da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais.	Estadual
			LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03: 03.31.05 - Unidades de Produção de Alevinos (SISTEMA VI); 03.32.00 - Carcinicultura - Produção de Camarão; 03.33.00 - Malacocultura - Produção de Moluscos	
			LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03: 26.50.00 - Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal. Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia.	
Ordenamento Pesqueiro	Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992.	Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural.	O Estado concorrentemente com a União deverá normatizar e disciplinar a atividade de pesca e aquicultura definindo: áreas, épocas, equipamentos e apetrechos de captura mais adequados à prática da pesca; tamanho mínimo do pescado; critérios para habilitação ao exercício da pesca profissional; estabelecer e delimitar juntamente com os Municípios áreas específicas no litoral para instalação de benfeitorias exclusivas e prioritárias à atividade de pesca e da aquicultura, submetendo-os ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural.	Estadual

(continua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Política	Lei nº 10.383, de 15 de abril de 1997.	Cria o Conselho Estadual da Pesca.	A política pesqueira e agrícola contempla o processo de exploração e aproveitamento dos recursos pesqueiros, nas fases da captura, cultivo, extração, conservação, armazenamento, beneficiamento, transformação e comercialização, bem como as atividades de pesqueira, assistência técnica, regulamentação e fiscalização.	Estadual
	Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998.	Dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira.	O PROPAGRO vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura visa: permitir o acesso de produtos artesanais produzidos no programa a círculos dinâmicos de comercialização, nas cidades do Estado e em outros centros de comercialização; - assegurar aos produtos artesanais competitividade no mercado e a garantia de um elevado padrão de qualidade e segurança sanitária para o consumo; e, garantir a participação de agricultores familiares e pescadores artesanais na criação de pequenas agroindústrias e no treinamento para o seu funcionamento.	
	Lei nº 15.736, de 11 de janeiro de 2012.	Dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais no Estado de Santa Catarina.	Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Piscicultura, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover: o desenvolvimento sustentável da piscicultura; o ordenamento; o fomento e a fiscalização da atividade de piscicultura.	
	Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992.	Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural.	<p>A política pesqueira e aquícola contempla todo processo de exploração, aproveitamento de recursos pesqueiros, nas fases de captura, cultivo, extração, conservação, armazenamento, beneficiamento, transformação e comercialização, bem como as atividades de pesquisa, assistência técnica, regulamentação e fiscalização.</p> <p>A política pesqueira e aquícola tem por finalidade o desenvolvimento da pesca e da aquicultura, promovendo a interação dos produtores com organismos públicos e privados que atuam no setor.</p>	

(contínua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Política	Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992.	Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural.	Cabe ao Estado nas Ações da Política Pesqueira: apoiar a organização do pescador e aquicultor em formas associativas, em todo processo de exploração e aproveitamento dos recursos pesqueiros e aquícolas; promover pesquisas para aquicultura e pesca nos aspectos tecnológicos, econômicos, ecológicos e social; serviço de assistência técnica e extensão pesqueira; criar instrumentos de apoio a comercialização tais como feiras; inclusão nos currículos de 1º e 2º graus de matérias voltadas à atividades, nas comunidades pesqueiras.	Estadual
			O Desenvolvimento da Política Estadual Rural interage diretamente sobre as atividades pesqueiras. Entende-se por atividade agrícola a produção, o processamento, e a comercialização de produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas e pesqueiros.	
Regularização Fundiária	Constituição do Estado de Santa Catarina.	Constituição do Estado de Santa Catarina.	A concessão ou alienação de terras públicas e devolutas, a qualquer título, de área superior a vinte e cinco hectares depende de prévia autorização legislativa. A concessão de uso de terras públicas se fará por meio de contrato contendo as seguintes cláusulas essenciais: exploração da terra diretamente ou com o auxílio da família, para cultivo ou qualquer outro tipo de exploração que atenda a política estadual de desenvolvimento rural, sob pena de reversão ao Estado; residência dos beneficiários na localidade das terras; proteção e recuperação dos métodos de produção artesanais não-predatórios.	Estadual
	Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009.	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente.	Em áreas rurais consolidadas é admitida a manutenção de residências e da infraestrutura associada às atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, inclusive o acesso a essas acessões, benfeitorias e atividades, independentemente da observância dos parâmetros indicados nos incisos deste artigo, desde que não estejam em área que ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas. O presente também aplica para residências e atividades industriais já instaladas em imóveis rurais, ainda que não estejam relacionadas ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris. Os parâmetros fixados nos incisos deste artigo não autorizam a supressão de vegetação nativa, sendo vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais.	

(continua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Regularização Fundiária	Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009.	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente.	Em áreas rurais consolidadas é autorizada, exclusivamente, a continuidade de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, observando-se os seguintes parâmetros de APPs: I – nas faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura de: a) 5 m (cinco metros), contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água natural, para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal; b) 8 m (oito metros), contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água natural, para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais; c) 15 m (quinze metros), contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água natural, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais; e d) 20 m (vinte metros), contados da borda da calha do leito regular, para imóveis com área superior a 4 (quatro) e de até 10 (dez) módulos fiscais, nos cursos d'água de até 10 m (dez metros); e e) entre 20 m (vinte metros) e 100 m (cem metros), contados da borda da calha do leito regular, nos demais casos; II – 15 m (quinze metros), no entorno de nascentes e olhos d'água perenes; III – no entorno de lagos e lagoas naturais, em faixa marginal com largura de: a) 5 m (cinco metros), para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal; b) 8 m (oito metros), para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais; c) 15 m (quinze metros), para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais; e d) 30 m (trinta metros), para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.	Estadual

(continua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Regularização Fundiária	Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009.	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente.	Entende-se por área rural consolidada a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio. Entende-se por pousio a prática de interrupção temporária de atividades agrossilvipastoris, por, no máximo, 5 (cinco) anos ou de acordo com recomendação técnica, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo.	Estadual
			Entende-se por atividade agrossilvipastoril aquelas relacionadas à agricultura, pecuária ou silvicultura, efetivamente realizadas ou passíveis de serem realizadas, conjunta ou isoladamente, em áreas convertidas para uso alternativo do solo, nelas incluídas a produção intensiva em confinamento (tais como, mas não limitadas à suinocultura, avicultura, cunicultura, ranicultura, aquicultura) e a agroindústria.	
			O Programa de Regularização Ambiental (PRA) é o instrumento destinado à regularização de imóveis com áreas rurais consolidadas. Até o término do prazo de adesão ao PRA, é autorizada a continuidade das atividades desenvolvidas nas áreas consolidadas de imóveis rurais, as quais deverão ser informadas no CAR, para fins de monitoramento, sendo exigida a adoção de medidas de conservação do solo e da água, quando assim definido pelo órgão estadual competente. Durante o período a que se refere o caput deste artigo, poderá ser realizada a substituição das atividades desenvolvidas em áreas rurais consolidadas por outras atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo vedada a conversão de novas áreas de vegetação nativa para uso alternativo do solo nestes locais.	

(continua)

Tabela 17 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Regularização Fundiária	Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009.	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente.	São consideradas de interesse social a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área. A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. Para fins de manejo de Reserva Legal na pequena propriedade ou posse rural, o órgão ambiental estadual deverá estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação de tais planos de manejo.	Estadual
Regularização Fundiária	Lei nº 8.542, de 29 de janeiro de 1992.	Autoriza a doação da área de terras para o Município de Itapoá para assentamento dos pescadores, rurícolas e outros.	A terra doada pelo Município de Itapoá localiza-se no lugar denominado Itapema do Norte, medindo 539,00 metros (quinhentos e trinta e nove metros) de frente a leste, onde confronta com o Oceano Atlântico, tendo pela frente uma formação de pedras que adentra o mar, formando pequena enseada; medindo 3.080 metros (três mil e oitenta metros) pelo lado direito, onde confronta com o loteamento Brasília; pelo lado sul, confrontando com o loteamento Jardim Pérola do Atlântico e terras que são ou foram de herdeiros ou sucessores de Maria Corrêa da Graça; no travessão dos fundos, numa extensão de 666,00 metros (seiscentos e sessenta e seis metros) confronta com o rio Saí, totalizando, todo o imóvel a área superficial de 1.660.120 m2 (um milhão seiscentos e sessenta mil e cento e vinte metros quadrados).	Estadual
Sanidade	Lei nº 10.610, de 01 de dezembro de 1997.	Dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina.	As instalações para estabelecimento processador artesanal de alimentos de origem animal e vegetal serão diferenciadas e obedecerão a preceitos mínimos de construção, equipamentos, higiene e escala de produção, e sua especificação será estabelecida em regulamento próprio.	Estadual

(continua)

Tabela 17 (conclusão)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Sanidade	Lei nº 10.610, de 01 de dezembro de 1997	Dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina.	<p>Entende-se por elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantenham características tradicionais, culturais ou regionais, produzidos em pequena escala, obedecidos os parâmetros fixados em regulamento. São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos: peixes, crustáceos e moluscos.</p> <p>Ficam estabelecidas as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina.</p> <p>O estabelecimento processador artesanal de alimentos de origem animal e vegetal deverá registrar-se no Serviço de Inspeção Estadual - SIE, mediante formalização de pedido instruído.</p> <p>Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua qualidade.</p>	Estadual